

# A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESTIGMA EM MASCULINIDADE: uma revisão de literatura



NETO, Ivaldo <sup>1</sup>

FIRMINO, Itamar <sup>2</sup>

PAULINO, Pedrita Reis Vargas <sup>3</sup>

## RESUMO

A presente revisão teórica teve por objetivo identificar artigos que discutam a construção do estigma em torno da masculinidade em contextos diversos, a partir do processo de interação social e das normativas de gênero. Buscou-se, nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Redalyc e Google Acadêmico, os seguintes descritores: masculinidade, gênero, estigma, violência, relações sociais e identidade. Foram selecionados 17 artigos a partir da leitura dinâmica do resumo. Houve consenso com relação à importância dos estudos feministas para o surgimento de estudos sobre o masculino e de demais mecanismos sociais que o definem, bem como forte crítica às construções que concedem ao masculino um lugar de vítima na história de sua construção. A revisão sugere a importância da discussão sobre masculinidade e normas de gênero para a compreensão das relações sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculinidade. Gênero. Construção social. Estigma. Psicologia.

## INTRODUÇÃO

Ao compreender o desenvolvimento da cultura e das atuais articulações sociais, nota-se

o crescente interesse e a vasta produção teórica sobre feminismo, que busca oferecer dignidade e espaço mais equiparado para a mulher na sociedade (BORBA, 1993; SOARES, 1994; SOARES et al., 1995; MATOS, 2008; CAMPOS, 2017; SOUZA, 2018). Em contraposição a esse avanço, o estudo sobre o masculino e seus pensamentos sociais ficou em segundo plano, fomentando o machismo velado e delimitando o que se considera masculino em sociedade. Numa sociedade em que tabus são geradores e perpetradores de violência, constante e cada vez mais normatizada, produzir conhecimento acessível e esclarecedor acerca da produção do estigma em masculinidade é de grande contribuição para o meio acadêmico e, principalmente, para a sociedade, uma vez que a compreensão do fenômeno e do processo aumenta a capacidade e possibilidade de produzir práticas e saberes, alinhados.

Um desafio é a contemporaneidade e os efeitos de subjetivação, “o encontro das subjetividades com a variedade de estimulações trazidas pelos recursos globais vem afetando os homens, mesmo que de forma diferenciada, com múltiplos vetores advindos de toda parte” (MANCEBO, 2009, p. 79). Numa sociedade globalizada, as possibilidades de se organizar subjetivamente são maiores, possibilitando novas performances e surgindo exigências a partir da quebra repentina de modelos sólidos de identidade. Os processos e comportamentos de um indivíduo entendidos como masculinos que sofrem o impacto da subjetivação tendem a se ajustar ou confrontar com os novos modelos. Esse processo pode ser permeado pela construção

1 UNIFAGOC. E-mail: ivaldoneto1@gmail.com

2 UNIFAGOC. E-mail: itamarmfirminopsisf@gmail.com

3 UNIFAGOC. E-mail: pedrita.paulino@fagoc.br

de estigmas acerca dos indivíduos que não se encaixam nos padrões que existem enquanto regra numa sociedade de produção.

Importa-nos dizer que o entendimento de estigma foi ampliado para além das marcas e sinais físicos. Ele passou a incluir atributos indesejáveis, colocando as pessoas em categorias conforme valores considerados adequados por um grupo social. Dentro dessa construção categórica criam-se padrões, preconceitos e estereótipos. Pessoas estigmatizadas tentam corrigir a sua condição com grande esforço pessoal. Atributos de inferioridade e de não desejabilidade impactam a construção da identidade social de quem sofre estigmas. Afetam a construção de seu autoconceito, trazem sofrimentos, geram retraimentos e angústias (GOFMANN, 1975).

## MÉTODO

Realizou-se uma busca eletrônica nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo, Redalyc e Google Acadêmico, entre os dias 01 e 10 de fevereiro de 2019, a partir dos descritores [masculinidade OR masculinidades] AND [gênero OR identidade OR estigma] AND [violência OR relações sociais] sem limites de datas.

Como resultados da busca inicial, foram obtidas 402 publicações. Foram incluídos todos os artigos que traziam a masculinidade no escopo das construções sociais quanto à produção de estigma e vivência dos papéis de gênero, trabalhos publicados em português. A sistematização para inclusão/exclusão dos estudos se deu pela leitura preliminar na seguinte ordem: 1) título; 2) resumo; 3) objetivos; 4) método. Chegou-se a um total de 17 artigos. Os artigos foram analisados por meio de leitura do texto completo e sua sistematização em indicadores bibliométricos como ano e país de publicação.

Para o alcance do objetivo proposto utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo, do tipo estrutural e temática. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo

segue as etapas de (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados e a (4) interpretação. O autor afirma que esse processo não se cumpre linearmente, sendo muitas vezes necessário o retorno ao material bruto e a reflexão sobre pontos relevantes perdidos inicialmente. Buscou-se compreender os conceitos de masculinidades, seus marcadores sociais, bem como o impacto do estigma no autoconceito e, conseqüentemente, na identidade dos jovens.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 17 artigos foram publicados em 14 periódicos diferentes, sendo duas publicações em livros. Todos os artigos foram publicados no Brasil, entre os anos 1985 e 2014. O maior volume de artigos ficou dividido igualmente em duas publicações, nos anos 1998, 2001, 2007 e 2012.

### Masculinidades

Ao estudar sobre a masculinidade observa-se a prevalência do carácter essencialista com que os pesquisadores se debruçam, pautando-se num viés binário, masculino versus feminino. Contudo, a compreensão da relação de oposição estabelecida entre os gêneros não deveria ser definidora dos rumos das pesquisas. Se o gênero existe, em específico, na dimensão em que a biologia não determina o social, não poderia ser tal relação de oposição o único fator de relevância e discussão. A masculinidade, a partir da discussão de gênero, torna-se uma estrutura da prática social (CONNELL, 1995).

A masculinidade é tratada como um produto modelado pelas instituições decisivas na sua caracterização contemporânea. No seio da burguesia, frente ao modelo de família, o homem era a figura que representava o sustento, a manutenção da vida social, a família e a tradição. No período medieval, a organização familiar em torno do pai provedor e da mãe afetiva alimentou estereótipos acerca das obrigações do homem e das relações maternas (SOUZA, 2009). Com as

novas demandas sociais, Silva (2000) nos traz para reflexão o pensamento de que o homem estaria perdendo a noção de sua própria identidade, não sabendo mensurar a melhor descrição dele mesmo.

No final do século passado, o vestir, o andar, o comportar-se, a entonação de voz, assim como a supervalorização das formas físicas, as qualidades como agilidade, coragem, bravura, heroísmo eram os modelos de masculino. O que fugisse disso era colocado como inferior, a saber as mulheres e “os invertidos” (homossexuais) (GAY, 1995 citado por SILVA, 2000). Posterior a isso, inicia-se uma fase em que o homem, em sua contínua busca de si, incorpora à sua construção pessoal e social alguns comportamentos e sentimentos que antes pertenciam ao universo feminino, tais como: admitir sua fraqueza, fragilidade, assim como a sensibilidade. Contudo, ainda assim, dentro desse universo mais alargado, o homem ainda não se construiu de forma identitária completa, o que nos leva a observar a pluralidade das masculinidades na construção social dos homens contemporâneos (SILVA, 2000).

Souza (2009) busca, através dos artigos pioneiros na temática masculinidade, compreender a crise do masculino e a ideia de novo homem, entendendo o alargamento desse campo enquanto contribuição do feminismo. As teorias de gênero e estudos na área possibilitaram a construção do campo de estudos sobre as masculinidades, caracterizados pelo enfoque perspectivo diversificado e voltado para as relações de poder, conflito e desigualdade, principalmente, pelo questionamento da masculinidade hegemônica.

Conforme Silva (2006, p. 121), masculinidade hegemônica é uma:

[...] configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual.

Welzer-Lang (2001) reconhece a contribuição dos estudos feministas para afinar e enriquecer a ideia da dominação masculina que se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos. Tais privilégios também se mantêm em nível de conjunto social a partir do mesmo sistema de dominação, recaindo não somente sobre as mulheres, mas também sobre outros homens (WELZER-LANG, 2001).

O pesquisador australiano Connell (1995) aborda a masculinidade nas relações de gênero a partir de ações reais e não do que imaginado ou esperado, sendo a masculinidade formada a partir de uma ação racionalmente proposital e de sentido histórico bem definido. A posição ocupada pelo homem diz respeito às relações corporais e, também, sociais, incluindo a carga simbólica e física da corporalidade dos homens na formação da masculinidade. Quanto às estruturas das relações de gênero, compreendem a sexualidade, a família, o estado, a política, a economia e a nação.

De acordo com Connell (1995, p. 188), “a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. É possível pensar a masculinidade a partir de uma visão plural, sendo não apenas uma, mas diversas masculinidades. A configuração em torno das masculinidades mantém ativa as relações de poder, em que paira sobre uma delas o status de hegemonia, levando os demais constructos sócio históricos a tonarem-se concorrentes ou afirmadores do modelo hegemônico.

Para Santos (2010b), a pluralidade das masculinidades, são construções sociais que devem ser pensadas sob a ótica da multiplicidade, uma vez que se apresentam distintas em cada sujeito. A autora apresenta o pensamento de

Joan Scott (1995), que conceitua gênero a partir de duas proposições: como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. É a isso que nos referimos quando falamos de políticas de gênero. Se quisermos que essa mudança se torne consciente e aberta ao controle democrático, então precisamos saber como o gênero é moldado e como ele pode ser re-moldado. (CONNELL, 1995, p. 189).

Em torno das relações sexuais, a masculinidade hegemônica se destaca como estrutura de poder que busca excluir qualquer variação do comportamento masculino que difira de seus preceitos. Não é possível dizer que há um grupo mantenedor da masculinidade hegemônica enquanto uma elaboração planejada conscientemente, são relações antes contextuais e situacionais. Esse modelo hegemônico, apesar de não predominante, é sustentado por um segmento da população masculina em prol do poder e dominação, ainda que ilusórios ou simbólicos (OLIVEIRA, 1998).

Nolasco (2001) acredita que as questões de gênero foram possíveis a partir das ciências humanas que permitiram o rompimento do sujeito empírico de si próprio. Masculinidade e feminilidade tornaram-se definições referentes aos sujeitos independentemente da “marca biológica”. Para o autor, atualmente usa-se duas masculinidades, um fragmento representa “o mundo das tradições combatido pelos discursos de minoria com a qual os homens foram identificados”, já o outro “sinaliza as conquistas do mundo civilizado e seu modo de acesso a ele” (NOLASCO, 2001, p. 15).

A noção de crise da masculinidade surge da transformação social, que influenciou nos papéis das mulheres e, também, na moral em

sociedade. Essas transformações colocaram em pauta o caráter hegemônico da masculinidade, a posição patriarcal e dominadora dos homens, tanto em sociedade como na família (LISBOA, 1998 APUD SOUZA, 2009).

Souza (2009) ressalta que as obrigações e deveres atrelados a masculinidade pesavam para os indivíduos, levando essa pauta para os estudos das masculinidades. Uma primeira noção de estudo surge fortemente ligada a sexualidade, deslocando-se posteriormente, para questões como a paternidade e a violência.

A partir de seu estudo sobre a crise da masculinidade, Souza (2009) destaca duas possibilidades para o seu surgimento: o medo de redefinir a própria identidade para além da oposição ao feminino gerando assim um estado de crise, devido uma clara definição e limitação dos papéis até sua então ruptura e; o surgimento da crise da masculinidade a partir do cenário de ruptura dos papéis e não pela sua estruturação em torno do feminino, podendo dizer que a crise da masculinidade se deve à quebra de padrões e comportamentos. A masculinidade pode ser vivenciada pela desvalorização do feminino e pela supressão os sentimentos, produzindo-se um homem inflexível e agressivo (BOURDIEU, 1999 citado por SANTOS, 2010a).

As masculinidades se constituem enquanto estruturas hegemônicas por meio da oposição e negação à feminilidade e, também, aos demais modelos de masculinidades concorrentes, suprimindo-as e tornando-as subalternas, ou seja, relegando-as ao mesmo espaço de dominação do feminino (BOTTON, 2007). Nolasco (1995a citado por SOUZA, 2009) traz que a imposição de um modelo de masculinidade rígido não contempla a estimulação e melhoria da comunicação emocional masculina, levando o indivíduo a um afastamento do outro e aproximação de si, porém através do silêncio e sem muita reflexão.

Connell (1995) ressalta o caráter volátil da hegemonia, a se pensar nos fatores variáveis socioculturalmente, porém destaca o patriarcado como modelo referência na manutenção dos homens em posição de dominação e mulheres na

posição de subordinação. No entanto, para Matos (2000b citado por SOUZA, 2009), ainda que haja dentro dos padrões de masculinidade um grupo que seja subordinado ou dominado por outro, esses grupos ainda são dominantes diante de outros grupos minoritários comparados a ele.

Segundo Connell (1995), há uma aproximação do simbólico na masculinidade subordinada ao simbólico da feminilidade. Transformar um homem, pertencente ao mesmo grupo em subordinado, é levá-lo a contemplar a feminilidade, afastando-o da sua posição inicial como forma de demarcação de poder.

Saliente-se que, de acordo com Welzer-Lang (2001), o feminino torna-se o “polo de rejeição central” no processo de socialização masculina, pois as relações entre os homens se estruturam hierarquicamente na imagem homens/mulheres. Quando um homem não corresponde ao status esperado é assim como as mulheres, considerado dominado. Há um esquema hierárquico que privilegia os homens sob as mulheres e, os demais homens que não corroboram com essa estrutura, tornam-se reféns da dominação masculina. O processo de dominação é marcado pelo reforçamento dos estigmas depreciativos em contraponto a manutenção de uma concepção de virilidade. “O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Para Kimmel e Messner (1994 citados por OLIVEIRA, 1998) os mecanismos através dos quais os privilégios são possíveis, tornam-se invisíveis para quem é favorecido por eles. Logo, o homem branco se considera universal, pois não compreende a variabilidade do gênero, raça e classe sob suas experiências.

## Os estudos de gênero

Em Giffin (2005) é possível perceber que a inserção de homens nos estudos de gênero na década de 70, a partir do boom feminista na década de 60 nos países centrais, possibilitou avanço tanto para as questões feministas

quanto contribuiu no debate sobre os homens e as masculinidades, sob uma ótica dialética e histórica da realidade social dos gêneros. Gênero seria uma categoria constituinte das relações sociais entre homens e mulheres utilizada para explicar como se dá a diferença entre os sexos por meio das construções e da organização social. Um sistema simbólico que “configura e reflete posições hierárquicas e antagônicas entre homens e mulheres” (PINTO et al., 2007). De acordo com Pinto et al (2007) a “relação entre os gêneros é hierarquizada e entendida como um princípio que classifica as pessoas e serve como instrumento ideológico de dominação”.

Oliveira (1998) discute algumas posições tomadas no debate acadêmico sobre o tema masculinidades que, a seu ver, integram o processo de visibilização do gênero masculino. Para Kaufman (1994 citado por OLIVEIRA, 1998, p. 7) a “construção do ego masculino se faz sobre uma estrutura de violência internalizada”, ou seja, ao mesmo tempo que o homem torna a mulher o objeto de sua violência, torna-se também vítima de si mesmo. Essa violência pode ser decorrente do processo de subordinação social do homem diante do sistema capitalista em conjunto ao mercado de trabalho, sendo a repressão dos desejos emocionais e sexuais a fonte de violência e da dominação que o homem exerce sobre as mulheres, sobre si e os demais homens. “A violência de nossa ordem social nutre uma psicologia da violência, que por sua vez reforça as estruturas social, econômica e política da violência” (OLIVEIRA, 1998, p. 8).

Para o autor (OLIVEIRA, 1998, p. 11) há uma abordagem sobre a masculinidade, marcada por um discurso vitimário, delimitando a “condição masculina enquanto vítima de um conjunto de fatores sociais e psíquicos”. Lançando mão do papel social masculino, que se caracteriza enquanto restritivo, sufocando o self íntimo.

Kaufman (1994 citado por OLIVEIRA, 1998), através do estupro, estabelece um paradoxo: o ato diz da expressão do poder e dominação sob as mulheres, mas também diz das fragilidades e inseguranças do homem que comete. Para o



autor, é por meio da violência internalizada que se constrói o ego masculino, onde tanto a mulher é objeto de sua violência como a si próprio. E dessa maneira, a masculinidade se caracteriza em tom vitimário:

Se, por um lado, a masculinidade é poder, por outro é terrivelmente frágil, pois não existe como pensamos: uma realidade biológica, uma fortaleza indestrutível. Ela é "de papel", existe apenas como comportamento prescrito, mais desejável, segundo expectativas socialmente formuladas, do que efetivamente realizada (OLIVEIRA, 1998, p. 7).

O capitalismo se estabelece como produtor da masculinidade, bem como as relações trabalhistas, que ao mesmo tempo que constrói, também corrói a masculinidade. O processo de alienação conduzido em sociedade e reproduzido nas diferentes estruturas que a compõem, leva os homens ao estranhamento de si e de sua própria produção. Os homens têm poder sobre os outros homens, mas não sobre si (OLIVEIRA, 1998).

Há estudos que não tratam o homem como vítima da sua condição de gênero, pautando-se na dinâmica das relações e a estrutura de poder que as fundamenta.

Do ponto de vista vitimário, o que poderia ser visto como independência é percebido como incapacidade de reconhecer a dependência. As expressões de força, através dos atos de violência, são tomadas como máscaras para a fragilidade e insegurança, operando-se uma inversão que transforma o réu em vítima. Isto nos faz lembrar da piada do garoto que comete parricídio e na frente do juiz pede clemência por estar órfão. (OLIVEIRA, 1998, p. 21).

Pouca atenção é direcionada às relações

de poder entre homens e mulheres, enquanto se frisa questões de gênero nas relações familiares, atribuindo ao papel masculino a culpabilidade, e não ao sujeito a performá-lo. É difícil apontar para o sistema capitalista, por exemplo, sem considerar nas dinâmicas de interação do cotidiano as possibilidades de subsistência deste mesmo sistema. Isso dá abertura para isenção de culpa do indivíduo mesmo, para uma estrutura maior que ele, que paira sobre ele (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

### **A violência como marcador social masculino**

Ao falar sobre violência e masculinidade no contemporâneo, Nolasco (2003, p. 30), afirma que a violência surge da incapacidade que o homem tem para "identificar-se e manter-se em seu próprio lugar". É um mecanismo de superar sua própria impotência. Então a violência torna um mecanismo que alimenta a virilidade e reforça a ideia que se tem do masculino acerca de si no seu contexto:

Situações de homicídio e violência por causas externas evocam temáticas que falam de honra, valor, orgulho heroísmo. Durante muitos séculos, a masculinidade agregava a si essas referências e as articulava umas às outras, em torno do eixo viril. Desse modo, estabelecia-se um roteiro para a construção social dos homens (NOLASCO, 2003, p. 38).

Welzer-Lang (2001) aborda o processo de "rito de passagem" de menino para homem, a partir da imersão em seu ambiente de atividades socialmente propostas, como nas aprendizagens esportivas, "a estar com os postulantes ao status de homem". Aceitar a "lei dos maiores" é compreender o sistema de regras que pairam sobre o social, e a emoção e o valor atribuído é o que dá tônus de rito a esse processo. O sofrimento é parte da construção de uma masculinidade pautada na agressividade em que se internaliza

toda uma conduta, um modo de ser enquanto homem.

É também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos. Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Para Welzer-Lang (2001, p. 463) a violência pode ser compreendida como processo de sociabilidade masculina, em que a aprendizagem se dá no sofrimento, por meio da agressividade, de abusos físicos e psicológicos: “Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente”. A configuração dos espaços onde se constrói a masculinidade hegemônica é permeado não apenas por sofrimento, mas também por solidariedade, gerando sentimento de pertença que possibilita a legitimação de um modelo socialmente comum entre diferentes indivíduos.

Há uma dinâmica psicossocial que surge como processo de fabricação a partir das normativas-padrão para os gêneros sobre ser homem e ser mulher, em que há uma sustentação e propagação por meio das principais instituições, como a família, a escola e a igreja. Para Strey (2004) o modelo patriarcal de sociedade fornece diferentes experiências para meninos e meninas, em que de um se espera que sejam rudes, autoritários, sujos e não demonstrem fraqueza; e de outro se espera comportamento dócil, carinhoso e passivo.

Santos (2010b, p. 120) busca criar articulações possíveis entre gênero e violência, em especial às múltiplas construções de masculinidade e as distintas relações com o

fenômeno da violência contemporânea, segundo a autora a importância de se pensar as múltiplas masculinidades, deve-se à sua susceptibilidade a contradições internas, enquanto construção social. O que não impede “o reconhecimento de um modelo de masculinidade hegemônica, legitimado pelas relações de poder e apresentado como modelo a seguir”. Machado (2001 citado por SANTOS, 2010b, p. 122) aponta para a desconstrução e o questionamento da masculinidade hegemônica como reforçador de “novas configurações de subjetividades e sociabilidades machistas” pautadas na arbitrariedade e na violência.

Em Azevedo (1985), o machismo é definido como um sistema de ideias e valores que pauta a dominação masculina sobre as mulheres, podendo ser também, uma ideologia a fim de estabelecer a supremacia por meio da afirmação da superioridade e pelo reforço da inferioridade. Presente no imaginário social, é proveniente de um processo extenso de construção do que é ser pautado sobre estigmas binários homem/mulher.

A validação homosocial é comum à masculinidade, é quando há validação por atributos referentes à virilidade do sujeito, estando ele sob aprovação de outros homens. É válido ressaltar que o processo de validação nada mais é que consequência da própria dominação masculina, uma vez que a mulher é tão inferiorizada que o homem busca aprovação em outro homem (KNAUTH et al., 2005 citados por PINTO et al., 2007).

### **A representação midiática das masculinidades**

Vitelli (2012) evidencia em seu estudo a interlocução entre corpos e masculinidades nas mídias impressas ou televisivas. Ao citar Nolasco (2001), Vitelli (2012) aproxima a relação do corpo objeto ao corpo enquanto produtor de subjetividade e mediador de relações sociais, evidenciando a exposição sistemática do homem em práticas coletivas como forma de, através de seu desempenho, “garantir para si visibilidade e status social”, perpetuando uma lógica binária

do ser ou não ser homem. De acordo com Nolasco (2001 citado por VITELLI, 2012, p. 364), “a masculinidade é uma experiência coletiva desenvolvida por intermédio de ritos, testes e provas concebidos para o sujeito responder publicamente se ele é ou não é homem”.

Medrado e Lyra (2008) objetivam contribuir para os estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, apresentando um marco conceitual de gênero, a partir de uma matriz que dialoga com produções feministas. Os meios de comunicação produzem cultura capaz de modelar comportamentos sociais e opiniões políticas, o que contribui na formação de diferentes identidades. Os discursos políticos também produzem concepções de masculinidades e de homens e definem os papéis a serem socialmente interpretados, os locais de ocupação de cada sujeito.

Vitelli (2012) apresenta a proposta de Maria Rita Kehl que propõe pensar o corpo como propriedade privada de cada um, diferentemente do que ela afirma: “O corpo como objeto social nos pertence muito menos do que nós costumamos imaginar (VITELLI, 2012, p. 368).

Há participação da mídia e da publicidade na desconstrução do homem, com relação à vaidade, uma vez considerada feminina, e há um atrito com o modelo mais rústico de masculinidade coletivamente compartilhado. Ghilardi-Lucena (2012, p. 89) afirma que “a mídia atua na construção do imaginário coletivo ao produzir imagens simbólicas e intermediar a relação entre os leitores e a realidade”. A mídia é uma esfera de poder em sua multiplicidade de instrumentos da qual é composta, porém não exerce apenas influência, é um meio do fazer, tornando-se assim veículo de transformação através de seu discurso, de forma dialética com o sujeito receptor. Ou seja, o discurso em circulação, bem como a reação do público, são possibilidades do fazer midiático que definem a recepção do conteúdo, seja discursivo ou simbólico de forma menos alienada (GHILARDI-LUCENA, 2012).

No entanto, nenhum processo de desconstrução se dá de maneira veloz e por

completo, e muitos homens que buscam essa quebra do arraigado para se adequar nos padrões de beleza, ou apenas na onda de cuidado pessoal, o faz de forma tímida, de modo que não sinta sua masculinidade ameaçada.

Os homens estão deixando o fardo da onipotência carregado por muitos anos e aproximando-se do universo feminino em vários aspectos, dentre os quais a possibilidade de se dedicarem à estética corporal. Como não são todos eles que aderiram às novas características modernas, muitos entram em crise e sentem-se angustiados. (GHILARDI-LUCENA, 2012, p. 91).

É evidenciado um culto ao corpo e à perfeição desse corpo. “O desejo de perfeição estética que assola o mundo masculino nada mais é que o prolongamento daquilo que já existe no universo feminino”. Assim como recaído sob as mulheres, a cobrança pelo corpo magro, pelo corpo na moda, o corpo bonito tem sido cobrado ao homem (GHILARDI-LUCENA, 2012).

Analisa-se através de revistas a construção do homem, desde seu perfil mais magro e culto até uma imagem viril, musculosa, fortemente associada a uma sexualidade hétero, que reforça o processo de objetificação do corpo pelo qual enfrentou o feminino, e enfrenta o homem. Ghilardi-Lucena (2012, p. 96) afirma que a “mídia faz com que a vaidade se torne uma característica – positiva – masculina, pois sugere tendências de moda nas peças publicitárias, reportagens, capas de revista e fotografias”.

Apesar disso, enfatiza-se ainda o modelo hegemônico predominante em sociedade, “um modelo de masculinidade hegemônico correspondendo a um homem branco, ocidental, de classe dominante, provedor, heterossexual, forte e viril”. Esse modelo hegemônico pode ser percebido nas publicações veiculadas à mídia, filmes, personagens, brinquedos, direcionando simbolicamente, a busca pelo corpo “perfeito”



## **A construção dos estigmas nas masculinidades**

O ser humano em sua complexidade psicológica, desenvolve-se a partir das experiências vividas e da interpretação dessas experiências, de tal maneira a internalizá-las e então externá-las, marcando traços da sua personalidade e identidade. A identidade humana em sua totalidade é definida pelas mais diversas combinações, às vezes contraditória e suscetível a mudança. O estaticismo não a caracteriza, pois como a experiência humana ocorre constantemente, ela também se altera constantemente. Por mais mutável que seja, a identidade apresenta-se no conjunto uno que surge da multiplicidade e da mudança, integrando as dimensões individual, profissional, familiar, social e de lazer (CIAMPA, 2012)

Uma primeira noção de identidade está na diferença e na igualdade. Tanto a diferenciação quanto a imitação, refletem a percepção em torno dos diferentes grupos sociais, ou seja, a congruência da resposta a certos estímulos é o reflexo de qual dos dois pontos, e mesmo de uma variável entre eles, é tomado como referencial (CIAMPA, 2012).

O posicionamento de um indivíduo interfere na sua realidade evidenciando apenas uma parcela integrante da multiplicidade de determinações a qual está sujeito, tornando-a concreta em tempo e espaço:

Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. [...] estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma

Para Silva (2006), as construções singulares de um sujeito são desconsideradas pela cultura e pelas sociedades de massa por meio do condicionamento descritivo do sujeito através de modelos normativos em gênero e sexualidade. Por cultura, o autor utiliza-se do conceito proposto por Tylor: “um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (1831-1917 citado por LARAIA, 2006).

Na busca pela compreensão das masculinidades a partir do público alvo, Guerra et al (2014) adaptou a Escala de Concepções da Masculinidade (ECM) para o contexto brasileiro, possibilitando assim, estudos mais apurados acerca do universo masculino. De acordo com Mahalik et al. (2003 citados por GUERRA et al., 2014) a conformidade a normas enfatiza ao masculino a necessidade de aderir às expectativas sociais em face do seu papel de gênero, o que depende de qual modelo de masculinidade comum a cada indivíduo e, diante da não correspondência a essas expectativas, ocorre o processo de estigmatização do indivíduo.

Para Becker e Arnold (1986 citados por SIQUEIRA; CARDOSO, 2011), as crenças sobre os estigmas compartilhadas entre os membros da sociedade sobre os diferentes significados e atributos a ele atrelados é o que propõe o surgimento do estigma. O estigma é a condição de não possuir atributos que sejam considerados importantes por algum grupo social, levando o estigmatizado à uma busca pela normatização de si como forma de ajuste e adaptação a sociedade, a fim de reduzir, não só as diferenças, mas também o sofrimento.

“Cada sociedade tem mecanismos de controle social para garantir que a maioria de seus membros se conforme com essas normas. As pessoas que não se conformam com essas regras ou quebram os tabus sociais são excluídas socialmente” (BECKER; ARNOLD, 1986, p. 40

citados por SIQUEIRA; CARDOSO, 2011, p. 99).

Algumas dimensões abarcadas pela ECM dizem respeito às características que envolvem o masculino no social, ao tempo que também sugerem a importância do estudo da masculinidade e das normas de gênero para a compreensão das relações. A primeira concepção é intitulada esforço constante, força e confiança demonstram masculinidade; a segunda concepção é a restrição emocional, não exposição de vulnerabilidades; a terceira é o heterossexismo, qualquer comportamento considerado feminino não é aceito; e, por fim, a provocação social. Considerando que a ECM-16 possui características psicométricas satisfatórias, e tendo em vista a lacuna na literatura sobre masculinidades, reafirma-se a importância de instrumentos validados para a amostra brasileira, atendendo assim, as especificidades territoriais dessas masculinidades (GUERRA et al., 2014).

O “estar-sendo” no exercício de determinada parcela na multiplicidade que compõe o arcabouço de uma identidade, pode ser tomado como o “ser” perante a sua totalidade, ou seja, o que um indivíduo é enquanto atua sobre um aspecto específico da sua identidade molda uma identidade que o nega ser aquilo que é na totalidade que a compõe (CIAMPA, 2012, p. 69).

De acordo com Bock e cols. (2008, p. 214) “O estigma revela que a sociedade tem dificuldade de lidar com o diferente”, ainda, para os autores:

Um aspecto bastante importante desse processo, que pode envolver um indivíduo, um grupo ou um povo inteiro e acompanhar o indivíduo desde o seu nascimento (uma característica física, por exemplo) ou ser adquirido ao longo da vida (assumir a própria homossexualidade), é o atributo negativo, que pode ser internalizado pelo indivíduo e influenciar decisivamente sua autoimagem e sua autoestima.

A pessoa estigmatizada o é a partir de duas identidades: uma real e uma virtual. A primeira é o conjunto de atributos e categorias que o sujeito pode ter; já a segunda, é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com um sujeito estranho, logo são valores imputados por pessoas “normais”, quanto ao que um sujeito estranho deveria ter. Sendo assim, qualquer característica se constitui um estigma, especialmente, quando há maior discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1975).

O indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade; mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para a outra (GOFFMAN, 1975, p. 18).

Siqueira e Cardoso (2011) revisaram a literatura com objetivo de discutir o conceito de estigma para Goffman e para alguns entre tantos autores que desenvolveram suas ideias a partir dele. Tal como Link; Phelan (2001, p. 377 citados por SIQUEIRA; CARDOSO, 2011, p. 97) que afirmam que “estigma existe quando elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite tais componentes acontecerem”. Para os autores não é necessário que um sujeito possua determinada característica para que haja o processo de rotulação acerca dele, gerando, a partir desses rótulos, a criação de estereótipos. Essas pessoas estigmatizadas que passam pelo processo de rotulação e, estereotipização, são ligadas a características indesejadas e perdem status além de sofrerem com a discriminação.

Goffman (1975) também traz a visão de que a “criatura estigmatizada usará, provavelmente, o seu estigma para “ganhos secundários”, como desculpa pelo fracasso a

que chegou por outras razões”. Ele caracteriza o encontro face a face entre pessoas normais e pessoas estigmatizadas, como “uma das cenas fundamentais da sociologia”, isso porque tanto a pessoa que é estigmatizada, seja positiva ou negativamente, quanto a pessoa estigmatizadora, “enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma”. Na tensão diante de uma situação social mista, o sujeito estigmatizado pode anteceder responsivamente de maneira defensiva.

O estigma dá tónus de produção subjetiva a uma série de atributos ante estereotipados que produções reais do sujeito, portanto, Nolasco (1985 citados por OLIVEIRA, 1998) aponta o papel masculino como principal responsável pela "situação precária" da masculinidade, ao considerar que os homens seguem sem muita reflexão um modelo comportamental que os restringe subjetivamente, desencadeando tensões e angústias contínuas. Consoante a isso, o autor pensa ser necessária a busca por um novo modelo de papel social, mais humanizado, incluindo, antes de tudo, uma diferença em relação ao atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar a construção do estigma em torno da masculinidade, em seus mais diversos contextos, observou-se que as teorias e estudos feministas ainda são referências principais, não havendo até então, um campo historiográfico constituído das masculinidades, devido à escassez de estudos no campo. Há, estruturalmente, uma concepção binária que molda os papéis sociais, colocando em opostos seres que são mais que apenas masculino versus feminino. Desde a maneira de se vestir ao modo de conversar, são estabelecidos padrões que reforçam a limitação dos indivíduos.

Não há como compreender as masculinidades por si sós. Deve-se considerar a etnia, a classe social, dentre outros fatores variáveis, como relevantes numa pesquisa histórica, para assim dar conta de compreender

as diferentes formas de estar no mundo, viver e representar o que é ser homem. Ainda, deve-se atentar para a possibilidade da realização de estudos passíveis de múltiplas perspectivas de abordagem, que abarquem a multiplicidade das diversas masculinidades, não se mantendo preso a um viés binário de estudo.

Esta revisão bibliográfica possibilitou a compreensão da pluralidade de formas de ser homem, das variadas e complexas nuances que caracterizam a relação de poder entre os indivíduos na sociedade, bem como identificar os fatores geradores de machismo e da inferiorização do feminino na sociedade. Apesar do processo de dominação e posterior inferiorização, também pairar sobre os homens, há que se atentar para não relegar ao masculino um lugar de vítima, quando ele é responsável pela manutenção de uma masculinidade tóxica. O homem é o principal transformador de sua própria condição, e por isso é deveras importante o entendimento de todos os processos a ela imbricados.

As discussões de gênero são relevantes para debater a violência contra a mulher, tornando-se instrumento para auxiliar na transformação das relações em sociedade, uma vez que a violência se manifesta como comportamento típico na masculinidade. Se há por um lado uma masculinidade tóxica que usa a violência como escudo para sua incapacidade em lidar com as próprias emoções, há de outro a cobrança sobre o indivíduo pela conformidade com seu papel de gênero. O ser – homem, diante do processo de construção de sua identidade assume formas de experimentação infundáveis, contudo, toma para si uma masculinidade que não diz do conjunto no seu todo, deixando à deriva a possibilidade de vivenciar diferentes esferas desse conjunto.

Pode-se perceber como a concepção de masculinidade foi sendo atribuída à virilidade, à força, percorrendo desde os tempos em que o homem era o provedor da família, até atualmente, onde apesar da quebra de muitos padrões, essas características persistem como traço forte do masculino. Isso se manifesta através da preocupação com o corpo, dos comportamentos

de risco atrelados à violência, ou mesmo com o machismo. Foi possível, também, identificar a influência das mídias na manutenção destes conceitos padronizados de uma masculinidade engessada e estigmatizada, corroborando muitas vezes para a fundamentação de uma masculinidade tóxica famigerada.

Sugerem-se, a partir da baixa produção observada na literatura nacional, mais investigações acerca da construção do estigma em torno da masculinidade nos contextos mais diversos, a partir do processo de interação social e das normativas de gênero.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez. 1985
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: São Paulo Edições, 2011.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução aos estudos de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 214. ISBN 978-85-02-07851-2
- BORBA, A. Movimento feminista, autonomia e organizações não-governamentais. Fempress, n. 141, jun. 1993.
- BOTTON, F. B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. Rev. Vernáculo, n. 19 e 20, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548/13731>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CAMPOS, M. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. Revista Sociais & Humanas, v. 30, ed. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.) Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 58-75. ISBN 978-85-11-15023-0
- CONNELL, R. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-209, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 20 abr. 2019
- GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, M.; RIDENTI, U.; SANDRA, G.; MEDRADO, B. (Orgs.). Homens e masculinidades: outras palavras, São Paulo, ed. 34, 1998.
- GHILARD-LUCENA, M. I. Gênero e representações sociais na mídia: o corpo masculino. Redisco, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 88-97, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/view/900>. Acesso em: 20 abr. 2019
- GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/630/63010111.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975
- GUERRA, V. M. ET AL. Ser homem é.: adaptação da escala de concepções da masculinidade. Psico-USF, Itatiba, v. 19, n. 1, p. 155-165, abr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712014000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 jan. 2019.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A. M. B. (Org.). Psicologia e o compromisso social. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 978-85-249-1515-4
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, ago. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X200800200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X200800200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 jan. 2019.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, set./dez. 2008, p. 809-840, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005). Acesso em: 27 jan. 2019.
- NOLASCO, S. O apagão da masculinidade? Rio de Janeiro: trabalho e sociedade, ano 1, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/03/O-Apagao-da-Masculinidade-S%C3%B3crates-Nolasco.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- NOLASCO, S. Marc Lépine: violência e masculinidade no contemporâneo. Interfaces Brasil/Canadá, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6392>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. 1998; ISSO 19005-1. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- PINTO, A. D. C.; MENEGHEL, S. N.; MARQUES, A. P. M. K. Acorda Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidade. Rev. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 238-245, set./

dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2885>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos). p. 56-57. ISBN 978-85-326-5203-4

SANTOS, S. C. M. O modelo predominante de masculinidade em questão. R. Pol. Públ. São Luís, v. 14, n. 1, p. 59-65, jan./jun. 2010<sup>a</sup>. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/352>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SANTOS, V. F. Gênero, masculinidade, violências. Rev. Todavia, ano 1, n. 1, jul. 2010b, p. 119-124. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Artigo7%20-%20Revista%20Todavia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicol. cienc. prof. [online]. 2000, vol.20, n.3, pp. 8-15. ISSN 1414-9893. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-98932000000300003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932000000300003). Acesso em: 22 de abr. de 2019.

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. Rev. Psicologia ciência e profissão, 2006, v. 26, n. 1, p. 118-131. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011). Acesso em: 22 abr. 2019.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. Imagonautas, v. n. 2, 1, 2011, ISSN: 07190166, pp. 92-113. Disponível em: <https://www.google.com/>